

## **AGENDA 21**

***Rose Gottardo, 2005***

Quando as Nações Unidas criaram a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1983, era evidente que a proteção do meio ambiente havia convertido em uma questão de sobrevivência para todos. A Comissão presidida por Gro Brundtland, concluiu que para satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas necessidades, a proteção do meio ambiente e o crescimento econômico deveriam ser abordados como uma única questão.

Como resultado do relatório de Brundtland, a Assembléia Geral das Nações Unidas convocou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, que foi um marco decisivo nas negociações internacionais sobre as questões de meio ambiente e desenvolvimento.

Os principais objetivos dessa conferência eram chegar a um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações atuais e futuras e estabelecer as bases para uma associação mundial entre países desenvolvidos e em desenvolvimento bem como, entre governos e setores da sociedade civil, baseada na compreensão das necessidades e interesses comuns.

É um plano estratégico, a fim de que seja alcançada a sustentabilidade ambiental no presente século (XXI). Alguns ambientalistas consideraram que muitas medidas objetivando a manutenção dos recursos naturais deveriam ter sido adotadas, a partir do ano de 1950, ou seja, a humanidade perdeu 50 anos - meio século - continuando a praticar a agressão aos recursos ambientais e deixando de recuperar os elementos que poderiam ser restabelecidos. A pergunta que fica é - vamos perder mais 50 anos do século XXI? Será possível, depois, a reversibilidade dos elementos ambientais indispensáveis à sobrevivência humana e animal?

O objetivo da Agenda 21 é o de constituir um plano educativo, participativo e descentralizado, sendo prevista a consulta às comunidades municipais, urbanas e rurais, a fim de identificar suas prioridades ambientais, sejam elas de curto, médio ou longo prazos. A Agenda 21 estadual é feita, logicamente, a partir do conjunto das Agendas locais; estas, por sua vez, reunidas, constituirão a Agenda 21-Nacional, que não pode desligar-se das dimensões globais do país. Por vezes, torna-se necessário que a Agenda aborde a Bacia Hidrográfica, que abrange municípios ou estados.

Em cada Agenda componente existe um contexto metodológico; assim, compreendem capítulos dedicados à pobreza, sustentabilidade, integração ambiental, controle do desmatamento, abordagem de ecossistemas frágeis, biodiversidade, proteção dos recursos hídricos, desgaste dos solos e recuperação de áreas degradadas e educação ambiental.

A partir da Agenda 21 Global, todos os países que assinaram o acordo assumiram o compromisso de elaborar e implementar sua própria Agenda 21 Nacional, que deve adequar-se à realidade de cada país e de acordo com as diferenças sócio-econômico-ambientais, sempre em conformidade com os princípios e acordos da Agenda 21 Global

O compromisso assumido pelos países ricos era destinar 0,7 % do PIB para ajuda aos países em desenvolvimento. Com isso, sua contribuição passaria de US\$58 bilhões anuais para US\$120 bilhões, aos quais se somariam US\$480 bilhões anuais dos próprios países receptores. E com US\$600 bilhões de dólares anuais seria possível enfrentar todos os problemas.

Porém, isso não aconteceu, a ajuda atual dos países ricos está em torno de US\$56 bilhões/ano, ou 0,22% do seu PIB conjunto, só cinco países cumpriram o compromisso; a contribuição dos EUA baixou de 0,2 para 0,1% do seu PIB; a dívida dos países em desenvolvimento - que se pretendia no mínimo aliviar-passou dos US\$200 bilhões para US\$2,5 trilhões e consome mais de US\$ 1 bilhão por dia de pagamento de juros.

A Rio-92, configurou-se como um importante marco da reflexão sobre a questão ambiental e sua relação com o desenvolvimento, uma vez que os debates giraram em torno de estratégias de ações que pudessem ser adotadas pelos países periféricos na direção de um desenvolvimento sustentável, bem como das convenções sobre mudança climática e diversidade biológica. As estratégias de ação e de cooperação entre países, acordadas pelos participantes da Rio -92, estão consolidadas nos quarenta capítulos da Agenda 21, documento oficial da Conferência.

No Rio de Janeiro ficou evidenciada a dificuldade em negociar-se acordos relacionados com o meio ambiente entre países com interesses e prioridades estratégicas muito diversas. Mesmo assim, ao término dessa reunião - da qual participaram mais de uma centena de chefes de Estado e de governo, totalizando delegados de 179 países - foram subscritos cinco documentos, considerados um marco, ainda quando existam fundamentadas dúvidas sobre o compromisso para cumprir suas metas.

A Cúpula da Terra produziu uma Declaração do Rio, que em seu primeiro princípio dizia: "Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza".

Também gerou um Convênio sobre a Diversidade Biológica ou Biodiversidade, uma Declaração de Princípios sobre o Manejo, a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável das Florestas e uma Convenção Marco sobre a Alteração do Clima, cujos textos foram objeto de intensas negociações.

Porém, o documento mais importante foi a Agenda 21 ou Programa 21, um plano de ação para atingir o desenvolvimento sustentável no século XXI. O documento explica claramente os principais desafios que implica essa meta e traça pautas de ação para atingi-la.

Aos esforços de cada Nação para garantir a discussão e a elaboração das respectivas Agendas, num processo continuado de participação da sociedade civil, somaram-se às dificuldades de implementar as ações previstas na Agenda 21. Como consequência, as decisões da Rio -92 têm encontrado dificuldades de sair do papel.

A Agenda 21 brasileira, teve o início de sua construção em 1997 e sua conclusão em 2002, envolvendo cerca de 40 mil pessoas nas discussões nos estados, nas macrorregiões e em Brasília.

Foram realizados seis diagnósticos que apontassem o quadro vigente: gestão de recursos naturais; agricultura sustentável, cidades sustentáveis, redução das desigualdades sociais, infra-estrutura e integração regional, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Seria necessária a inclusão do conceito de sustentabilidade em todas as vertentes, como sugerimos:

- Ecológica – que leve em consideração a base física do processo de crescimento e a manutenção dos estoques de capital natural;
- Ambiental – que se preocupe com a manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas;
- Social – que leve em conta a qualidade de vida da população e cuide de políticas de redistribuição da renda e universalização do atendimento na área social;
- Política – que se refere ao processo de construção da cidadania e da participação social na gestão;
- Econômica – preocupada com a gestão eficiente dos recursos;
- Demográfica – que revele os limites da capacidade de suporte do território e de sua base de recursos;
- Cultural – relacionada com a preservação de culturas e valores;
- Institucional – que cuide de criar e fortalecer engenharias institucionais que considerem o critério de sustentabilidade;
- Espacial – voltada para a busca de equidade nas relações inter-regionais.

Para chegarmos a essa sustentabilidade será necessária uma nova ética, ao lado da modernidade tecnológica, de modo a incorporar às intervenções transformadoras da realidade com o compromisso da vida. E, assim, a sustentabilidade impõe-se a partir das concepções fundadas nas lógicas da racionalidade econômica.

#### **Referências Bibliográficas**

Dias, Genebaldo, F. ***Educação Ambiental, princípios e práticas***. São Paulo: Gaia, 2000.  
Trigueiro, André. ***Meio Ambiente no século 21***. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.  
Cultural –de